

CONSELHO GESTOR: UMA ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Grad. Vanessa Alberton (UNICENTRO)
Drº Carlos Cesar Garcia Freitas (UENP)
Esp. Marcos Roberto Pires Gregolin (UNIOESTE)
Esp. Marinice Teleginski (UFSC)

Resumo

Esse artigo tem como objetivo apresentar a implicação do Conselho Gestor no desenvolvimento territorial. Para tanto, foi desenvolvido uma pesquisa de caráter descritiva, mediante estratégia de pesquisa de campo, com utilização de entrevista não estruturada e análise documental para coleta de dados. Com os resultados da pesquisa foi possível identificar que com a criação do Conselho Gestor o território Centro Sul do Paraná, conseguiu levantar um montante da ordem de R\$ 5.800.000,00 que reverteu em uma série de aquisições, construções e outros benefícios, sendo um importante instrumento metodológico de intervenção social.

Palavras-chave: Gestão Social. Conselho Gestor. Território Centro-Sul do Paraná.

Abstract

This article aims to present the implication of the Managing Council in territorial development. To that end, we developed a survey of descriptive character, through field research strategy, using unstructured interview and document analysis for data collection. With the survey results, we found that with the creation of the Managing Council the South Central territory of Paraná, has raised an amount of R\$ 5,800,000.00 which reversed in a series of acquisitions, buildings and other benefits, and an important methodological tool for social intervention.

Keywords: Social Management. Managing Council. Territory South-Central of Paraná.

Introdução

Os municípios que integram a região Centro Sul do Paraná apresentam um baixo Índice de Desenvolvimento Humano em comparação as demais regiões do Estado. Em parte justificado por seu baixo grau de urbanização e industrialização. Ainda, tem sua base econômica na atividade agrícola, essencialmente mantida por propriedades de agricultores familiares. Em função dessas, e outras, características, específicas de seu contexto, apresenta diversas demandas de apoio e assessoria em gestão, no intuito de incrementar condições de desenvolvimento humano, mais especificamente oportunidades de trabalho e renda.

Nesse contexto, surge a figura do Conselho Gestor, definido como um canal de “participação que articula representantes da população e membros do poder público estatal em práticas que dizem respeito à gestão de bens públicos” (GOHN, 2000:7). Criado com a missão de estabelecer e implementar políticas para a superação da

pobreza, redução das desigualdades de renda, gênero e etnia, dos passivos ambientais e o controle social da população do Território.

Sua função básica consiste na promoção política e administrativa do desenvolvimento rural do Território, mediante o estímulo à participação dos setores interessados da sociedade, por meio da: análise da realidade local, levantamento dos problemas, identificação de potencialidades e formulação de propostas de intervenção (AMCESPAR, 2013).

Ainda, compreende a prática da gestão social em uma abordagem territorial e uma inovação social que têm obtido cada vez mais o reconhecimento não só dos municípios participantes como também de outras comunidades além dos limites do Estado.

Neste contexto, considerando a importância da divulgação das boas práticas públicas para a modernização do aparato governamental, o presente artigo tem a finalidade de apresentar o modelo de gestão social utilizado pelo Conselho Gestor do Território Centro Sul do Paraná, como alavancagem para o desenvolvimento territorial.

Fundamentos Teóricos

Realizada as considerações iniciais, nesse tópico são apresentados os principais conceitos envolvidos no estudo, sendo: gestão social, conselho gestor e abordagem territorial.

Gestão social

Da morosidade das ações, decorrentes da excessiva burocracia; da má qualidade dos serviços prestados, quando não raro de sua ausência; dos constantes casos de desvios de verbas, por falta de efetivo controle; dos atrasos de obras públicas, decorrentes da falta de planejamento, do tratamento desigual, em especial a parcela mais carente da sociedade; da ingerência da máquina pública, por despreparo dos gestores; entre outros fatores, acabam por impedir ou tornar ineficiente o atendimento das diversas demandas da sociedade, refletidas nos crescentes *déficits* sociais, e que têm evidenciado a necessidade de uma relegitimação social e política do papel do estado (GOMES, 2003).

Por outro lado, a compreensão de que as demandas sociais são crescentes e complexas, envolvendo diversos aspectos a serem considerados na busca de soluções holísticas efetivas, que vão além de uma intervenção pontual, reducionista e unidirecional a partir do gestor público, têm confirmado a precisão de abordagens mais amplas que possam romper com o enfoque assistencialista da esfera pública para a sociedade.

Nesse sentido, a relegitimação social e política do estado, assim como a busca por uma nova abordagem da relação da administração pública com seu meio social, têm orientado esforços para um novo conceito de gestão pública, denominado gestão social: compreendida na redefinição do espaço público de interação entre o órgão estatal, as organizações (privadas e não privadas) e a sociedade civil, com o intuito de promover a articulação corresponsável de ações intervencionistas, voltadas à solução dos problemas sociais na busca do desenvolvimento sustentável para todos (LÖFFLER, 2001).

A gestão social representa o espaço do exercício da cidadania, que invoca a participação efetiva do cidadão no gozo do direito de participar da vida política de seu habitat. “É neste contexto, portanto, de cessão pelo Estado da exclusividade [da gestão pública] que a participação da sociedade ganha novas dimensões [...] visando a

aumentar a eficiência na utilização dos recursos e a eficácia das políticas públicas” (GOMES, 2003:30).

Como resultado, da gestão social, tem-se o aumento do controle social por parte da sociedade que tem seu papel dentro da esfera pública deslocado de uma posição marginal para central no processo de gestão da coisa pública, ocupando novos postos, em especial os conselhos gestores, foco do presente artigo.

Conselho gestor

O Conselho Gestor, considerado uma forma de organização pública administrativa, oportuniza a participação do “povo na gestão das políticas públicas, se configurando como órgão administrativo com representação paritária entre sociedade civil e Poder Público” (OGPP, 2013:s/p).

São responsáveis por regulamentar as “ações dos órgãos aos quais estão vinculados, deliberando ou não, reivindicações feitas pela população e pelas demandas elencadas em cada reunião de conselho. Os conselhos têm caráter deliberativo e cogestor”, permitindo que os cidadãos se integrem à cogestão administrativa da coisa pública, identificando e contribuindo na constituição de políticas públicas que levam em consideração cada realidade representada (OGPP, 2013:s/p).

Ainda, podem, de acordo com sua formulação, realizar as funções de fiscalização, mobilização, deliberação e consultoria. A função fiscalizadora visa controlar e acompanhar as ações de gestão dos governantes; a de mobilização caracteriza-se pelo estímulo à contribuição da sociedade civil em participar da vida política; por deliberativa entende-se a participação efetiva dos conselhos que tomam decisões sobre estratégias a serem usadas pela administração; e a consultiva, que se realiza por sugestões e opiniões para os gestores em relação às determinadas políticas públicas (CGU, 2008).

Constituído como um espaço democrático permite, mediante o envolvimento dos mais diversos atores sociais, buscar soluções mais completas e efetivas para as demandas da sociedade. Assim, o Conselho Gestor constitui-se em uma tecnologia social, enquanto metodologia de trabalho, que oportuniza condições para a modernização dos Governos, podendo envolver em sua configuração diversos níveis geográficos de gestão pública.

Abordagem territorial

O conceito de território é abordado por vários autores e discutido por diversas perspectivas, como: geografia, economia, sociologia, psicologia, biologia e outras áreas do conhecimento. Entendido como um espaço físico, com uma geografia definida, abrangendo o meio urbano e o rural, se caracteriza por critérios como: ambiente; economia; sociedade; cultura; política; instituições; grupos sociais, cada qual com suas distinções, identidade própria e coesão social, cultural e territorial (MDA, 2011).

Entre os aspectos componentes da abordagem territorial merece atenção o elemento humano em suas diversas relações sociais. Santos e Silveira (2008:19), em sua definição de espaço territorial extrapolam os limites da identificação de seus componentes, atrelando uma perspectiva temporal ao afirmar que a “[...] territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos é privilégio do homem”.

A conotação temporal da gestão territorial, diz respeito à utilização adequada de um espaço geográfico em uma relação de ações presentes para a construção de um

propósito futuro. Considerando o território como um espaço de pertença de uma coletividade, então, a abordagem territorial passa a ser considerada como o espaço da gestão pública em um tratamento ampliado.

Ainda, “trabalhar com a abordagem Territorial é trabalhar para que as políticas públicas sejam descentralizadas. Que elas passem a ser pensadas e implementadas pelos atores sociais” (MDA, 2011:2). Nesse entendimento, a abordagem territorial tem sido privilegiada pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário por entender que ela surge como forma de impulsionar o desenvolvimento rural sustentável, justificada pela necessidade de superar a visão reducionista do meio rural como mero setor econômico, desconsiderando: o ambiente, as pessoas, a cultura, a política, as instituições, entre outros aspectos.

A organização das localidades por meio dos Territórios é uma maneira de encontrar soluções práticas aos problemas comuns dos moradores, além de se ter a chance de reivindicar novos projetos, oportunidades e ações que venham a contribuir e melhorar a qualidade de vida, principalmente no meio rural.

Nesse intuito, desde o ano de 2003 a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário vem promovendo a Participação e o Controle Social por meio do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), estimulando o exercício da gestão social, por meio dos Conselhos Gestores.

Em parceria de diversas instituições da sociedade civil, direcionadas às esferas federal, estadual e municipal, o PRONAT começou a operar em 2004 em 65 territórios e atualmente, atua com 164 territórios rurais compostos por 2,5 mil municípios em todo o Brasil (MDA, 2013b). Entre esses, destaca-se o Território Centro-Sul do Paraná, foco do presente artigo.

Por conseguinte, com o uso da metodologia do Conselho Gestor, baseado nos pressupostos da gestão social, é esperado que os Territórios cresçam cada vez mais, tenham suas estruturas melhoradas e proporcionem acréscimos no meio rural e urbano, gerando mais benefícios para a comunidade.

Estimulado pela proposta da aplicação da gestão social, por meio da metodologia do Conselho Gestor, orientada pelo PRONAT, foi realizado um estudo, aqui apresentado, com o objetivo de divulgar e registrar uma boa prática de gestão pública. Para tanto, *a priori* são apresentados os procedimentos metodológicos e a seguir a análise dos dados.

Procedimentos Metodológicos

Os resultados aqui apresentados são decorrentes de uma pesquisa descritiva, na qual buscou-se analisar o fenômeno Conselho Gestor, enquanto modelo aplicado ao Território Centro Sul do Paraná, relatando suas principais características (aspectos vinculados a sua história, composição e ações realizadas). Conforme explica Gil (2010:44): “[...] pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial as descrições das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Ainda, para Cervo e Bervian (1996), a pesquisa descritiva “[...] busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas”. Neste sentido, a pesquisa teve a

finalidade de constatar elementos-chaves inseridos nas interações entre os elementos que constituem o fenômeno estudado.

Quanto à estratégia de pesquisa foi empregada a pesquisa de campo, que possibilitou obter informações acerca do Conselho Gestor diretamente no ambiente no qual se dá o fenômeno, mediante a coleta de dados junto às pessoas que convivem com este. Para tanto, foi utilizado como instrumento de coleta de dados a análise documental e entrevista não estruturada.

Cabe ainda destacar que a pesquisa foi financiada com recursos da Fundação Araucária, órgão de fomento ligado à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná, mediante o Programa Universal pesquisa básica e aplicada, convênio 172/2012, e Programa Universidade Sem Fronteiras, convênio 14/2012 TC com a Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO).

Análise de Dados

Neste tópico são descritos os aspectos analisados que dizem respeito à formação histórica, a composição, o processo de funcionamento e ações de destaque realizadas pelo Conselho Gestor do Território Centro Sul do Paraná. Ainda, *a priori* apresenta-se a caracterização do espaço territorial do Conselho Gestor.

Caracterização do Território Centro Sul do Paraná

O Território Centro Sul do Paraná, localiza-se no segundo Planalto Paranaense e é composto por 12 municípios: Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Imbituva, Inácio Martins, Irati, Mallet, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul, Ipiranga, Teixeira Soares e Ivaí, conforme figura 1. Abrange uma área de 10 mil km², ou seja, cerca de 5% da área total do estado (IPARDES, 2007).

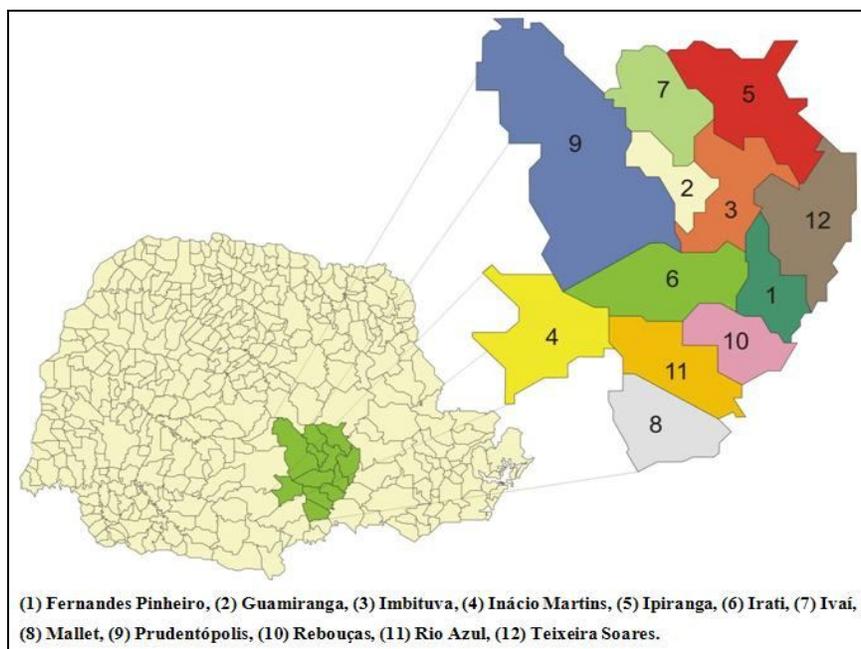


Figura 1 – Território Centro Sul do Paraná

Fonte: MDA (2011a)

Possui uma população aproximada de 236.719 habitantes, sendo 106.417 habitantes em áreas rurais, contando com aproximadamente 44.008 habitantes (20,11%) vivendo abaixo da linha da pobreza (IBGE, 2013). No quadro 1 são apresentados a evolução dos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de cada um dos municípios do Território:

Quadro 1 - IDHM dos municípios que compõem o Território Centro Sul

MUNICÍPIO	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM 2010
Fernandes Pinheiro	0,625	0,711	0,645
Guamiranga	0,619	0,702	0,669
Imbituva	0,684	0,727	0,660
Inacio Martins	0,605	0,690	0,600
Ipiranga	0,335	0,519	0,652
Irati	0,678	0,743	0,726
Ivaí	0,619	0,701	0,651
Mallet	0,690	0,761	0,708
Prudentópolis	0,657	0,733	0,676
Rebouças	0,633	0,711	0,672
Rio Azul	0,668	0,738	0,687
Teixeira Soares	0,655	0,738	0,671

Fonte: desenvolvido com base em AtlasBrasil (2013) e PNUD (2010).

De modo geral, todos os municípios do território, apresentaram em cada uma das edições analisadas IDHM menores que a média estadual (Paraná), sendo esta: 0,711 em 1991, 0,787 em 2000 e 0,749 em 2010 (ATLASBRASIL, 2013); o que denota uma disparidade em relação às outras regiões do estado. Ainda, com exceção do município de Ipiranga, ocupando as últimas posições, que conseguiu manter o crescimento de seu IDHM nas três edições, os demais tiveram um retrocesso em seus indicadores.

No meio rural encontram-se 29.258 agricultores familiares, sendo que 26.124 agricultores possuem áreas de 1 a 50 hectares e somente 3.314 agricultores possuem área superior a 50 hectares (EMATER *apud* AMCESPAR, 2013), o que caracteriza sua principal atividade econômica como de agricultura familiar.

A maior utilização das áreas rurais é através do cultivo de grãos como milho, soja e feijão e se enquadra em uma agricultura de subsistência. Também é um grande produtor de fumo (22,6% da área total) e desde a década de 70 tem sido investido no cultivo de frutas; atualmente destacando-se os municípios de Mallet e Irati, com ameixa, pêssago, amora, framboesa, morango e uva (AMCESPAR, 2013).

A produção pecuária se caracteriza pela integração entre agricultores e empresas privadas, principalmente nas produções de suínos e aves. Ainda, são produzidos leite, mel e, como atividade alternativa para as pequenas propriedades, a piscicultura.

Em relação à questão florestal e de biodiversidade, existe produção extrativista e de reflorestamento, envolvendo atividades oriundas do setor madeireiro, que faz com que o Território seja inserido na produção estadual com percentual significativo. Ainda, por ser rico em paisagens naturais e com inúmeras nascentes, apresenta diversas cachoeiras de grande potencial turístico, agregando valor aos municípios.

Histórico do Conselho Gestor do Território Centro Sul do Paraná

O Conselho Gestor do Território Centro Sul do Paraná é uma iniciativa de gestão pública que envolve doze municípios dessa região, caracterizado por critérios multidimensionais: econômico, sócio-cultural, político, institucional e ambiental, conduzido de forma participativa, com o intuito de promover a autonomia do território, ou seja, capacidade para definir seus horizontes e a possibilidade real de impulsionar suas próprias políticas.

Este Conselho surgiu da necessidade visualizada pelos doze municípios integrantes em reverter a realidade de aproximadamente 30.000 famílias de agricultores familiares em condições de vulnerabilidade.

No ano de 1996 foram instituídos os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR) nos municípios de Rebouças e Inácio Martins, posteriormente implantados nos outros dez integrantes. Esse fato deu início ao processo de Desenvolvimento do Território, com a união da comunidade, discutindo sua realidade e propondo mudanças estratégicas. Outro fator que contribuiu, foi a implantação de projetos com os recursos canalizados aos municípios através dos CMDR, ainda, a realização de eventos de capacitação dos beneficiários e dos conselheiros, caracterizando-se como um processo pedagógico de participação e gestão social (MDA, 2011).

Em 2005, oficialmente foi criado o Território Centro Sul do Paraná e seu Conselho Gestor, constituindo um fato histórico de grande relevância para os seus integrantes (MDA, 2011). Deste então, vem desempenhando papel importante e decisivo nas questões referentes à agricultura regional, trazendo novas oportunidades e lutando para conseguir atender as demandas existentes.

Composição do Conselho Gestor

O Conselho Gestor do Território Centro-Sul do Paraná, segundo o seu regimento interno, é composto por:

- Representantes da Sociedade Civil, no máximo 30%;
- Representantes Governamentais, no máximo 35%;
- Representantes dos Atores Sociais Beneficiários, no mínimo 35 %.

O Regimento Interno do Conselho Gestor preconiza que a plenária deve ser composta, no máximo, por 40 membros, mantendo a proporcionalidade acima apresentada, podendo ser ampliada, somente, se for aprovada pela maioria absoluta. Ainda, deve ser composto por uma Plenária, Diretoria Executiva, Câmaras Técnicas e Câmaras Setoriais.

A atual formação do Conselho Gestor do Território Centro Sul conta com os seguintes componentes:

Quadro 2 – Composição do Conselho Gestor

Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável	De todos os 12 municípios que compõe o Território.	
Secretarias Municipais de Agricultura/Prefeituras Municipais	De todos os 12 municípios que compõe o Território.	
Instituições do Poder Público, Prestadoras de Serviços aos Beneficiários	SEAB EMATER IAPAR SEDS SESA SEED	IFPR UNICENTRO Colégio Florestal EMBRAPA FLORESTA AMCESPAR (CONDER) IAP
Instituições da Sociedade Civil, Prestadoras de Serviços aos Beneficiários:	AEARI APF ASMUC-F	ASSIS CEDEJOR COMUNIDADE NEGRA DE IVAÍ

	COOP PALMEIRA	CRESOL
	FETRAF-SUL	FETAEP
	STR PALMEIRA	ADEOP
		IEEP

Fonte: desenvolvido com base em MDA, (2013a).

A participação dessas entidades nas reuniões do Conselho Gestor é de suma importância, pois todas elas estão diretamente relacionadas com os assuntos que são abordados e suas opiniões. Contribuições são fundamentais para o bom andamento e criação de novas propostas e projetos que venham a atender a região Centro Sul do Paraná.

Metodologia de trabalho do Conselho Gestor

A Diretoria do Conselho se reúne mensalmente, sempre na primeira semana do mês. Também acontecem reuniões extraordinárias conforme as necessidades do Território e, ainda, o Colegiado se reúne bimestralmente. A fim de otimizar os trabalhos do Conselho, foram criados eixos estratégicos e câmaras técnicas.

O Colegiado Territorial desenvolveu um diagnóstico nos doze municípios, fazendo parte do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), que por sua vez é considerado um instrumento de apoio à gestão social. Nessa ocasião foram levantados os dados referentes: aos aspectos físico-ambientais, os demográficos e os históricos de ocupação socioeconômica, a densidade demográfica, a distribuição da população rural e urbana, a distribuição populacional por sexo, os aspectos sociais e de educação, o analfabetismo, os aspectos econômicos, a estrutura agrária do Território Centro-Sul do Paraná, a presença de povos e comunidades tradicionais, a existência de Unidades de Conservação, as potencialidades e os limites encontrados no Território.

De posse desses dados, foram discutidas quais ações seriam realizadas e que pudessem ser executadas visando a resolução ou diminuição de problemas. Para isso, surgiram os quatro grupos de trabalho também chamados de eixos do PTDRS, como segue:

Eixo 1 - Diversificação, Produção e Meio Ambiente – está relacionado à consolidação das ações nas áreas de diversificação produtiva, agroindustrialização, turismo rural e gestão ambiental, com base na articulação institucional e na integração das ações.

Eixo 2 - Organização, Comercialização e Mercados – utiliza dos programas institucionais para auxiliar no fortalecimento da organização da agricultura familiar, nos processos de comercialização e de diversificação dos mercados.

Eixo 3 - Desenvolvimento Humano e Inclusão Social – engloba formas de melhorar a qualidade de vida no campo, proporcionando mais inclusão social e oportunidades de trabalho.

Eixo 4 - Gestão do Desenvolvimento Territorial – faz com que as ações previstas sejam realizadas, utilizando de mecanismos diversos, tanto internos como externos.

A criação dos quatro eixos foi pensada como uma forma de direcionar esforços em ações estratégicas para o território, no intuito de alavancar o desenvolvimento do território. Ainda, apesar de se constituírem em focos distintos as ações de cada eixo são desenvolvidas de modo articulado com os demais, de modo holístico. Tal pressuposto é uma compreensão da prerrogativa de um desenvolvimento sustentável, no qual diversas dimensões (ambiental, econômica, social, política e geográfica) estão imbricadas nas soluções dos problemas sociais (SACHS, 2008).

Quanto as câmaras técnicas, o Regimento Interno do Conselho Gestor define-as como sendo órgãos auxiliares do Conselho, que podem ser permanentes ou apenas provisórias e que são constituídas e aprovadas por deliberação do Plenário, seja em Reuniões Ordinárias ou Extraordinárias do Conselho Gestor.

As câmaras tem autoridade de formular propostas para assuntos de sua competência, encaminhando-as ao Plenário e devem ser coordenadas por pessoas eleitas pelos membros que a compõe, que tem a função, entre outras coisas, de encaminhar relatórios dos trabalhos à Plenário do Conselho Gestor.

Diferentemente dos eixos prioritários, que são pressupostos básicos definidos, as câmaras temáticas são criadas por demandas e justificadas pela importância de contexto. Como exemplo, em reunião, no dia 10 de setembro de 2013, foi votada e aprovada a Câmara Técnica em Apicultura, considerando a grande demanda de produção de mel na região, a dificuldade com o tráfego desse produto para a comercialização e a existência de projetos e trabalhos desenvolvidos pela Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), em parceria com Associações de Agricultores do Território. Atualmente, as Câmaras Técnicas são: fruticultura, agroecologia, desenvolvimento humano, planejamento, apicultura e juventude.

Resultados obtidos pelo Conselho Gestor

Desde sua fundação, em 2005, o Conselho Gestor buscou diversos projetos para atender as demandas dos municípios que compõe o território, somando 43 no total, que angariaram recursos externos. O montante correspondente a estes projetos ultrapassou os R\$ 5.800.000,00 (cinco milhões e oitocentos mil reais) sendo que mais de R\$ 4.400.000,00 foi obtido junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, complementados pelas contrapartidas dos proponentes.

Com os recursos obtidos foi possível, além da aquisição de diversos equipamentos para apoio administrativo (data show, computador notebook, desktop, impressora e periféricos), a aquisição de veículos, GPS geodésico (I1, I2), um coletor para a regularização fundiária, um trator e equipamentos agrícolas para apoio a produção da agricultura familiar e ecológica.

Ainda, possibilitou diversas construções como: viveiro de mudas, incubatório de aves, barracão, ponte em estrada rural, instalação de açougue e de Centro Comunitário.

Além das aquisições e construções, os projetos desenvolvidos pelo Conselho Gestor, trouxeram muitos benefícios ao território; entre esses merece destaque:

- Capacitação de agricultores;
- Estruturação do Centro de Educação e Capacitação de Agricultores Familiares, Jovens Rurais e Agentes de Desenvolvimento;
- Estruturação da assistência técnica e extensão rural;
- Sistematização da recepção, classificação e armazenamento da produção;
- Estruturação da assistência técnica, do colegiado territorial e da extensão rural (ATER);
- Estruturação da sede de um sindicato rural;
- Organização do transporte, recepção, classificação e armazenamento da produção de frutas da agricultura familiar;
- Fortalecimento da organização da produção e da comercialização solidária de alimentos agroecológicos oriundos da agricultura familiar;
- Contratação de horas técnicas de nível médio para trabalhos a campo de levantamentos topográficos;

- Processamento de alimentos através da recepção, higienização, descascamento, fracionamento, embalagem e entrega nas unidades;
- Apoio a projetos municipais de infraestrutura, serviços e produção em agricultura familiar;
- Apoio a projetos de infraestrutura e serviços em territórios rurais;
- Apoio ao desenvolvimento comunitário rural;
- Apoio ao associativismo rural; e
- Construção das propostas para o PPA estadual.

Esses e outros tantos projetos desenvolvidos pelo Conselho Gestor tem gerado importantes contribuições frente às carências da região, contribuindo para amenizar seus problemas sociais e potencializar os esforços públicos na promoção de um desenvolvimento mais sustentável.

Quando se tem uma atuação participativa, preocupada com o bom andamento das soluções e que busca efetuar projetos e ações promissoras, é possível verificar os resultados obtidos, conforme relação apresentada, denotando a importância da gestão social, neste caso o Conselho Gestor do Território Centro Sul do Paraná, que se posiciona como um excelente exemplo de gestão social.

Considerações Finais

O presente artigo foi elaborado com o intuito de discutir a importância da Gestão Social como mecanismo de intervenção para superação da ineficiência dos modelos tradicionais de gestão pública no atendimento das demandas sociais. Neste sentido, foi apresentado o caso do Conselho Gestor do Território Centro Sul do Paraná, como exemplo de gestão social.

Criado a partir de 2005, constitui-se em uma inovação social, utilizando-se de uma abordagem territorial, tem se constituído em um espaço de participação democrática e de exercício da cidadania, gerando contribuições significativas ao território.

Sem a pretensão de colocá-lo como modelo a ser seguido, suas características aqui descritas tem o intuito de estimular o debate crítico sobre novas formas de gestão social. Acerca disso, o desenvolvimento de práticas de gestão pública deve constituir em um esforço endógeno de seus constituintes, a partir das considerações de seu contexto. Porém, experiências externas, bem sucedidas ou não, devem ser consideradas na superação de esforços desnecessários, uma vez que a prática atual (modelos atuais de gestão pública), com suas emaranhadas estruturas (repartições, sessões, etc), constitui por si só em um grande impedimento para a abertura institucional.

Imbuído desta crença, aprender com os outros, é que os presentes autores esperam, por meio deste trabalho, contribuir não somente ao campo acadêmico, como, também, político.

Referências bibliográficas

AMCESPAR. **Apresentação do Território Centro-Sul do Paraná**. Associação dos Municípios do Território Centro-Sul do Paraná. Disponível em: <<http://www.amcespar.com.br/pag.asp?id=90>>. Acesso em 26 de julho de 2013.

ATLASBRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/ranking>>. Acesso em 27/11/2013.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 4ª ed. São Paulo: Makron *Books*, 1996.

CGU. **Controle Social**: orientações aos cidadãos para participação na gestão pública e exercício do controle social. Brasília, DF: Controladoria Geral da União, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Os Conselhos de Educação e a reforma do Estado**. In: Conselhos Gestores de Políticas Públicas. Maria do Carmo A. A. Carvalho e Ana Cláudia C. Teixeira (org.). São Paulo: Pólis, 2000.

GOMES, Eduardo Granha Magalhães. **Conselhos Gestores de políticas públicas: democracia, controle social e instituições**. 2003, 113 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2003.

IBGE. **Paraná Cidades**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 29 de julho de 2013.

IPARDES. **Diagnóstico socioeconômico do Território Centro-Sul**. Curitiba: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e social, 2007.

LÖFFLER, Elke. **Governance**: Die neue Generation von Staats- und Verwaltungsmodernisierung. Verwaltung + Management, v. 7, n. 4, p. 212-215, 2001.

MDA. **Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - PRONAT**. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/sdt/programas/Territorios_rurais/10364994>. Acesso em 14 de setembro de 2013b.

_____. **Plano de trabalho assessores técnicos territoriais**. Irati/PR: Território Centro Sul do Paraná, 2013a.

_____. **Produto 6**: relatório contendo análise das articulações institucionais e políticas públicas realizadas em apoio ao desenvolvimento territorial e seus resultados. Irati/PR: Território Centro Sul do Paraná, 2011.

OGPP - OBSERVATÓRIO DE GESTÃO PÚBLICA PARTICIPATIVA. **Conselhos Gestores**. Disponível em: <http://ogpp.gid-ufs.org/glossario/conselhos-gestores/>. Acesso em 26 de julho de 2013.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Ranking IDHM Municípios 2010**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx>>. Acesso em 26 de agosto de 2013.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.